



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2022, o Banco Losango registrou prejuízo líquido de R\$ (37) milhões, patrimônio líquido de R\$ 125 milhões e ativos totais de R\$ 3.757 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em 22 de junho de 2022, o Banco Central do Brasil (Bacen) homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 7.943 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Em 15 de agosto de 2022, o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou a redução de capital social de R\$ 1.625.366 mil, sem movimentação de ações nominativas-escriturais.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários a dedicação ao trabalho.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	18.176	16.474	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.283.556	1.834.672
Instrumentos Financeiros		3.822.611	4.515.843	Recursos de Instituições Financeiras	14a	3.187.470	1.723.073
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	339.534	1.047.273	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	15	96.086	111.599
Títulos e Valores Mobiliários	6a	25.769	22.896	Provisões		254.145	265.339
Operações de Crédito	7	2.260.618	2.343.812	Outras Provisões	12	254.145	265.339
Outros Instrumentos Financeiros Ativos	8	1.196.690	1.101.862	Impostos Diferidos	25	15.536	11.175
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	7	(739.882)	(663.658)	Outros Passivos	16	78.996	216.213
Operações de Crédito		(646.809)	(585.461)	Total do Passivo		3.632.233	2.327.399
Outros Créditos		(93.073)	(78.197)	Patrimônio Líquido	17		
Créditos Tributários	25	468.429	430.408	Capital Social		140.000	1.757.423
Imobilizado de Uso	9	5.775	15.141	Reservas de Capital		1.158	1.158
Intangível	10	22.979	20.249	Reservas de Lucros		-	315.974
Depreciações e Amortizações		(14.818)	(16.855)	Outros Resultados Abrangentes		767	(202)
Imobilizado de Uso	9	(2.404)	(7.966)	Prejuízos Acumulados		(16.707)	-
Intangível	10	(12.414)	(8.889)	Total do Patrimônio Líquido		125.218	2.074.353
Outros Ativos	11	174.531	84.500	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.757.451	4.401.752
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(350)	(350)				
Total do Ativo		3.757.451	4.401.752				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira		91.345	541.402	900.540
Operações de Crédito	7	479.755	977.544	1.115.519
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	25.166	69.600	48.843
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(413.576)	(505.742)	(263.822)
Despesas da Intermediação Financeira		(191.886)	(307.918)	(76.383)
Operações de Captações no Mercado	14b	(191.886)	(307.918)	(76.383)
Resultado da Intermediação Financeira		(100.541)	233.484	824.157
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(77.692)	(302.146)	(386.531)
- Operações de Crédito		(77.692)	(301.433)	(386.224)
- Outros Créditos		-	(714)	(307)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(178.233)	(68.662)	437.626
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		6.494	245	(149.284)
Receitas de Prestação de Serviços	18	34.363	74.835	106.799
Despesas de Pessoal	19	(4.081)	(13.419)	(81.299)
Despesas Administrativas	20	(54.522)	(115.288)	(147.753)
Despesas Tributárias	21	(22.995)	(52.595)	(65.703)
Outras Receitas Operacionais	22	126.965	234.572	178.101
Outras Despesas Operacionais	23	(34.989)	(73.418)	(102.229)
Reversões/(Despesas) de Provisões		(38.247)	(54.442)	(37.200)
- Trabalhistas		(2.010)	(3.114)	(2.057)
- Fiscais		(3.811)	(3.811)	822
- Cíveis		(17.854)	(30.825)	(28.819)
- Outras		(14.572)	(16.692)	(7.146)
Resultado Operacional		(171.739)	(68.417)	288.342
Resultado Não Operacional		(2.864)	(2.881)	(1.461)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(174.603)	(71.298)	286.881
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	80.963	34.194	(91.901)
Lucro Líquido		(93.640)	(37.104)	194.980
Lucro por Ação em R\$		(17,44)	(6,91)	36,32

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro Líquido do Período	(93.640)	(37.104)	194.980
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	969	969	11.089
Avaliação Atuarial	969	969	11.089
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido	969	969	11.089
Resultado Abrangente do Período	(92.671)	(36.135)	206.069

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Redução de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
				Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.761.996	-	1.158	18.591	195.009	(11.291)	-	1.965.463
Redução de Capital	(4.573)	-	-	-	-	-	-	(4.573)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	11.089	-	11.089
Complemento de Dividendos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(2.606)	-	-	(2.606)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	194.980	194.980
Destinações: - Reservas	-	-	-	9.749	95.231	-	(104.980)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.757.423	-	1.158	28.340	287.634	(202)	-	2.074.353
Redução de Capital	(1.625.366)	-	-	-	-	-	-	(1.625.366)
Aumento de Capital Com Reservas	7.943	-	-	(7.943)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	969	-	969
Dividendos Pagos com Reservas	-	-	-	-	(287.634)	-	-	(287.634)
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	-	(37.104)	(37.104)
Destinações: - Absorção de Prejuízos Acumulados com Reservas	-	-	-	(20.397)	-	-	20.397	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	140.000	-	1.158	-	-	767	(16.707)	125.218
Saldos em 30 de junho de 2022	1.765.366	(1.625.366)	1.158	23.224	40.282	(202)	-	204.462
Homologação de Redução de Capital	(1.625.366)	1.625.366	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	(93.640)	(93.640)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	969	-	969
Destinações: - Absorção de Prejuízos Acumulados com Reservas	-	-	-	(20.398)	-	-	20.398	-
- Estorno de Reservas Propostas no 1º Semestre	-	-	-	(2.826)	(40.282)	-	43.108	-
- Estorno de Dividendos Propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	-	-	13.427	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	140.000	-	1.158	-	-	767	(16.707)	125.218

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(174.604)	(71.298)	286.881
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos			
Constituições e Atualizações de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	29.188	50.184	40.216
Depreciação e Amortização	2.523	5.086	5.232
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	77.692	302.146	386.531
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	(14)
Outros	2.881	2.898	1.461
Lucro Líquido ajustado antes dos impostos	(62.320)	289.016	720.307
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.219	685.953	290.500
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(644)	(1.904)	(306)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	190.464	144.542	(201.170)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(76.650)	(97.220)	(703.993)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(61.680)	(72.721)	(52.846)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	28.844	1.464.397	266.351
Aumento/(Redução) em Outras Provisões	(28.366)	(61.471)	(30.686)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	59.839	24.422	31.537
Aumento/(Redução) em Outros Instrumentos Financeiros Passivos	(85.762)	(317.660)	(28.523)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22.672)	(84.555)	(141.784)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(23.728)	1.972.799	149.387
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(177)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(329)	(655)	(5.372)
Aquisição de Intangível	(1.317)	(2.729)	(1.540)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.646)	(3.384)	(7.089)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(364.134)	(41.027)
Redução de Capital	-	(1.625.366)	(4.573)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(1.989.500)	(45.600)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(25.374)	(20.085)	96.698
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	301.681	296.392	199.680
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	276.307	276.307	296.392
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(25.374)	(20.085)	96.698

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua...



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11ª andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), está autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações financeiras Consolidadas da Organização. Nas Demonstrações financeiras do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Losango.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da negociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no Artigo nº 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

Software: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

k) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

I. Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional	18.091	16.370
Disponibilidades em moeda estrangeira	85	104
Total de disponibilidades (caixa)	18.176	16.474
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	258.131	279.918
Total de caixa e equivalentes de caixa	276.307	296.392

(1) Refere-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	265.244	6.469	22.358
Total em 2022	265.244	6.469	22.358
%	78,1	1,9	6,6
Total em 2021	280.197	12.365	728.633
%	26,8	1,2	69,6

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2022	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	18.091	16.370	16.370
Disponibilidades em moeda estrangeira	85	104	104
Total de disponibilidades (caixa)	18.176	16.474	16.474
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	258.131	279.918	279.918
Total de caixa e equivalentes de caixa	276.307	296.392	296.392

(1) Refere-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2022	2021	2020
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	23.553	66.726	47.639
Total (Nota 6b).....	23.553	66.726	47.639

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2022	2021	2020
Títulos	1 a 30 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
Títulos para negociação (2)	25.769	25.769	22.896
Cotas de fundos de investimento (1)	25.769	25.769	22.896
Total geral.....	25.769	25.769	22.896

(1) No encerramento do exercício, a Instituição possuía R\$ 25.769 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 22.896 mil) aplicados em fundos exclusivos pela Organização Bradesco; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2022	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	23.553	66.726	47.639
Títulos de renda fixa	-	-	7
Títulos de renda variável	-	-	225
Outros	1.613	2.874	972
Total	25.166	69.600	48.843

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

...continua...



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	%	2021	%
Empréstimos e títulos descontados.....	167	62.763	72.949	136.496	119.261	66.640	34.946	30.053	179.645	702.920	22,1	742.429	23,4
Financiamentos.....	22.404	550.196	295.696	258.775	134.257	74.121	41.890	36.685	143.675	1.557.699	49,0	1.601.383	50,4
Subtotal.....	22.571	612.959	368.645	395.271	253.518	140.761	76.836	66.738	323.320	2.260.619	71,1	2.343.812	73,8
Outros créditos (1).....	14.697	374.133	244.771	175.722	47.474	14.551	10.460	10.287	25.382	917.477	28,9	834.393	26,2
Total em 2022.....	37.268	987.092	613.416	570.993	300.992	155.312	87.296	77.025	348.702	3.178.096	100,0	3.178.205	100,0
Total em 2021.....	12.148	1.020.381	321.664	944.518	308.113	192.650	59.506	58.126	261.099			3.178.205	100,0

(1) Outros créditos compreendem substancialmente aquisição de outros créditos PF.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	%	2021	%
Curso normal.....	37.268	987.092	560.518	456.233	146.940	34.707	9.391	7.820	35.505	2.275.474		2.357.627	
Parcelas vencidas.....	37.268	987.092	560.518	456.233	146.940	34.707	9.391	7.820	35.505	2.275.474		2.357.627	
1 a 30.....	2.524	170.341	36.133	27.779	10.135	2.006	608	510	2.753	252.789		301.196	
31 a 60.....	1.948	98.271	27.111	20.556	7.953	1.660	448	361	1.323	159.631		173.790	
61 a 90.....	1.826	85.620	26.028	20.016	7.645	1.601	431	352	1.187	144.706		160.174	
91 a 180.....	4.924	196.380	69.934	55.768	20.264	4.601	1.235	1.027	3.048	357.181		391.841	
181 a 360.....	7.317	222.647	117.839	95.000	31.619	7.657	1.884	1.697	4.546	490.206		534.391	
Acima de 360.....	18.662	198.939	280.714	232.599	65.923	16.808	4.679	3.809	22.394	844.527		796.235	
Vencidas até 14 dias.....	67	14.894	2.759	4.515	3.401	374	106	64	254	26.434		28.118	
Curso anormal.....	-	-	52.898	114.760	154.052	120.605	77.905	69.205	313.197	902.622		792.460	
Parcelas vencidas.....	-	-	9.805	21.961	31.781	30.649	26.362	26.803	124.481	271.842		269.686	
1 a 14.....	-	-	7	3.961	4.627	2.655	1.584	1.291	5.530	19.655		19.110	
15 a 30.....	-	-	9.787	6.796	6.338	3.748	2.067	1.830	8.387	38.953		41.183	
31 a 60.....	-	-	11	11.149	10.146	7.790	3.872	3.235	13.724	49.927		49.408	
61 a 90.....	-	-	-	24	10.088	7.180	5.200	3.341	13.468	39.301		35.809	
91 a 180.....	-	-	-	31	582	9.062	13.209	16.770	42.308	81.962		62.331	
181 a 360.....	-	-	-	-	-	214	430	336	41.064	42.044		61.845	
Parcelas vencidas.....	-	-	43.093	92.799	122.271	89.956	51.543	42.402	188.716	630.780		522.774	
1 a 30.....	-	-	6.131	8.273	7.743	5.876	3.376	2.926	12.605	46.930		47.339	
31 a 60.....	-	-	4.412	6.332	6.979	5.878	3.408	2.928	12.707	42.644		41.507	
61 a 90.....	-	-	3.841	5.788	6.714	5.631	3.127	2.689	12.279	40.069		38.484	
91 a 180.....	-	-	9.404	14.916	17.388	14.476	8.197	6.845	32.846	104.072		97.644	
181 a 360.....	-	-	10.827	21.778	26.721	22.596	12.027	9.979	51.680	155.608		130.268	
Acima de 360.....	-	-	8.478	35.712	56.726	35.499	21.408	17.035	66.599	241.457		167.532	
Total geral.....	37.268	987.092	613.416	570.993	300.992	155.312	87.296	77.025	348.702	3.178.096		3.178.205	
Provisão mínima requerida.....	-	4.935	6.134	17.130	30.099	46.593	43.648	53.919	348.702	551.160		456.801	
Provisão complementar.....	-	4.837	12.207	39.912	60.168	31.047	17.451	23.100	-	188.722		206.857	
Provisão existente.....	-	9.772	18.341	57.042	90.267	77.640	61.099	77.019	348.702	739.882		663.658	

I. Operação

Exposição	Operação								Total
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias		
Operações de crédito.....	2.023.098	234.930	265.387	100.009	256.898	297.774	-	3.178.096	

c) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	% (1)	2021	% (1)
Maior cliente.....	17.354	0,5	17.989	0,6
10 maiores devedores.....	29.655	0,9	31.535	1,0
50 maiores devedores.....	60.379	1,9	63.413	2,0
100 maiores devedores.....	88.002	2,8	88.354	2,8

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	327.569	471.744
Renegociação.....	630.995	504.418
Recebimentos.....	(575.063)	(551.571)
Baixas.....	(21.747)	(97.022)
Saldo final em 31 de dezembro.....	361.754	327.569
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.....	252.371	176.946
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	69,8%	54,0%

e) Receitas de operações de crédito

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	
Empréstimos e títulos descontados.....	455.366	936.984	995.643
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	24.389	40.560	119.876
Total.....	479.755	977.544	1.115.519

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2022	2021
- Provisão específica (1).....	325.827	330.846
- Provisão genérica (2).....	130.974	260.962
- Provisão complementar (3).....	206.857	138.074
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	663.658	729.882
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	302.146	386.531
Baixas.....	(225.922)	(452.755)
Saldo final em 31 de dezembro.....	739.882	663.658
- Provisão específica (1).....	456.151	325.827
- Provisão genérica (2).....	95.009	130.974
- Provisão complementar (3).....	188.722	206.857

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Títulos e créditos a receber.....	917.478	834.393
Devedores por depósitos em garantia.....	279.212	264.944
Outros.....	-	2.526
Total.....	1.196.690	1.101.862

9) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa de depreciação	Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
			Custo líquido de depreciação		2021
			2022	2021	
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	1.118	(242)	876	3.350
Sistemas de processamento de dados.....	20%	4.378	(2.049)	2.329	3.227
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	279	(113)	166	598
Total em 2022.....		5.775	(2.404)	3.371	
Total em 2021.....		15.141	(7.966)	7.175	

10) INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
			Custo líquido de amortização		2021
			2022	2021	
Software.....	20%	22.979	(12.414)	10.565	11.360
Total em 2022.....		22.979	(12.414)	10.565	
Total em 2021.....		20.249	(8.889)	11.360	

11) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Tributos antecipados.....	162.338	68.712
Despesas antecipadas.....	7.874	9.625
Outros.....	4.520	6.163
Total.....	174.532	84.500

12) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Provisão para contingências.....	201.218	193.587
Provisão para pagamentos a efetuar.....	49.757	60.238
Outros.....	3.170	11.514
Total.....	254.145	265.339

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração do Banco Losango entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do Artigo nº 244 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes/ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Transações de pagamento.....	61.330	86.740
Saldos paralisados de terceiros.....	20.908	11.602
Ordens de pagamento.....	6.010	7.259
Outros.....	7.838	5.988
Total	96.086	111.599

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Lojistas a pagar (1).....	63.742	96.886
Impostos e contribuições a recolher.....	6.178	8.610
Credores diversos.....	6.377	26.318
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	-	76.500
Passivos atuariais.....	-	384
Valores a pagar a empresas ligadas.....	1.511	552
Outros.....	1.188	6.963
Total	78.996	216.213

(1) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar aos estabelecimentos comerciais, pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Banco Losango.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 140.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.757.423 mil) é representado por 5.368.581 (em 31 de dezembro de 2021 - 5.368.581) ações ordinárias e preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 7.943 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Em 15 de agosto de 2022, o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou a redução de capital social de R\$ 1.625.366 mil, sem movimentação de ações nominativas-escriturais.

b) Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Rendas de anuidades.....	13.557	30.084	42.443
Rendas de serviços prestados a ligadas.....	9.399	20.226	25.199
Rendas de serviços de pagamentos.....	5.963	12.824	17.755
Rendas de outros serviços.....	5.444	11.701	21.402
Total	34.363	74.835	106.799

19) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Proventos.....	2	3.349	35.511
Benefícios.....	143	3.753	22.883
Encargos sociais.....	3.843	5.327	14.867
Participação dos empregados nos lucros.....	-	743	7.730
Treinamento.....	93	167	208
Outras.....	-	80	100
Total	4.081	13.419	81.299

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Serviços de terceiros.....	25.007	48.537	52.966
Processamento de dados.....	15.338	29.547	30.855
Aluguéis.....	1.821	6.452	16.088
Serviços técnicos especializados.....	4.141	9.077	11.749
Comunicações.....	2.320	6.947	10.190
Propaganda e publicação.....	1.622	3.903	6.922
Depreciação e amortização.....	2.523	5.086	5.232
Outras.....	1.750	5.739	13.751
Total	54.522	115.288	147.753

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Contribuição à Cofins.....	17.356	39.293	49.494
Contribuição ao PIS.....	2.820	6.538	8.043
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	2.162	4.471	5.739
Outras.....	657	2.293	2.427
Total	22.995	52.595	65.703

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Rendas de cessão.....	108.146	201.761	144.855
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	15.304	22.557	12.562
Recuperação de encargos e despesas.....	1.924	5.336	4.409
Reversão de provisões operacionais.....	779	3.201	9.750
Outras.....	812	1.717	6.525
Total	126.965	234.572	178.101

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Perdas operacionais.....	9.773	17.440	15.543
Descontos concedidos.....	7.711	16.060	26.443
Profit share - cartões.....	7.160	15.303	19.278
Atualizações monetárias passivas.....	6.466	12.434	10.162
Despesas com comercialização de cartões.....	2.565	8.007	16.881
Provisão de reestruturação.....	-	-	10.799
Outras.....	1.314	4.174	3.123
Total	34.989	73.418	102.229

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(174.603)	(71.298)	286.881
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	78.571	32.084	(129.096)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	2.557	895	(2.032)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	-	-	40.500
Outros valores.....	(165)	1.215	(1.273)
Imposto de renda e contribuição social do período	80.963	34.194	(91.901)

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Acumulado em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	101.821	534	(64.952)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias.....	(20.858)	33.660	(26.949)
Total dos impostos diferidos	(20.858)	33.660	(26.949)
Imposto de renda e contribuição social do período	80.963	34.194	(91.901)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ...	227.133	51.384	(6.340)	272.177
Provisões cíveis.....	12.191	9.087	(9.942)	11.336
Provisões fiscais.....	39.329	25.393	(22.060)	42.662
Provisões trabalhistas.....	26.386	4.875	(3.919)	27.342
Ativos não financeiros mantidos para venda.....	158	-	-	158
Outros.....	94.110	7.702	(17.993)	83.819
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	399.307	98.441	(60.254)	437.494

	2021		2022	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	30.935	-	-	30.935
Subtotal	430.242	98.441	(60.254)	468.429
Ajuste de avaliação atuarial.....	166	-	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	430.408	98.441	(60.420)	468.429
Obrigações fiscais diferidas.....	11.175	4.361	-	15.536
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	419.233	94.080	(60.420)	452.893

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações financeiras.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023.....	58.780	47.024	7.908	19.300	133.012
2024.....	52.482	41.986	-	3.727	98.195
2025.....	33.668	26.934	-	-	60.602
2026.....	39.881	31.905	-	-	71.786
2027.....	28.240	22.592	-	-	50.832
2028.....	6.300	5.040	-	-	11.340
2030.....	23.701	18.961	-	-	42.662
Total	243.052	194.442	7.908	23.027	468.429

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, serão contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 426.990 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 410.990 mil), sendo R\$ 396.868 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 380.584 mil) de diferenças temporárias e R\$ 30.122 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 30.406 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Losango foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2021	Constituição	Realização	2022
Atualização de depósitos judiciais.....	11.175	4.361	-	15.536
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias (Nota 25c)	11.175	4.361	-	15.536

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Disponibilidades.....	17.328	15.927	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	339.534	1.047.273	-	-
Outros ativos.....	312	284	-	-
Recursos de instituições financeiras.....	3.187.470	1.723.073	-	-
Outras provisões.....	-	749	-	228
Outros passivos.....	-	76.500	-	71.024

	R\$ mil			
	Acumulado em 31 de dezembro			
	2022	2021	2022	2021
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	66.726	47.639	-	-
Operações de captações no mercado.....	(307.918)	(76.383)	-	-
Receitas de prestação de serviços.....	-	1.827	20.226	25.200
Outras despesas administrativas.....	-	(400)	(11)	(13)
Outras despesas operacionais.....	-	-	-	(600)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o estatuto; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 132 mil (Em 2021 - R\$ 2.793 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 272 mil (Em 2021 - R\$ 1.650 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data do pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades.....	18.176	-	-	-	-	18.176
Instrumentos financeiros.....	888.987	877.215	670.782	1.385.627	-	3.822.611
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	265.244	28.827	24.952	20.511	-	339.534
Títulos e valores mobiliários.....	25.769	-	-	-	-	25.769
Operações de crédito.....	403.103	536.262	442.444	878.809	-	2.260.618
Outros Instrumentos financeiros.....	194.871	312.126	203.386	486.307	-	1.196.690
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(236.784)	(146.677)	(127.975)	(228.446)	-	(739.882)
Operações de crédito.....	(205.955)	(122.742)	(109.643)	(208.469)	-	(646.809)
Outros créditos.....	(30.829)	(23.935)	(18.332)	(19		

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Benefícios a empregados

O Banco Losango mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio dos planos Losango Básico, Losango Suplementar e Losango Preamais. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

e) Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2023, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido do Banco Losango, com versão da parcela cindida para o Banco Bradesco Financiamentos S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial" com versão de parcela do patrimônio de 31 de dezembro de 2022 em sociedade existente. O processo ainda consta em homologação com o Bacen, e será realizado na data da publicação da autorização no Diário oficial da União, utilizando como base os balanços patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2022 pelas sociedades envolvidas.

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana

Contador – CRC 1SP200234/O-0

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC 1SP-296875/O-4



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>